

Hélio Silva analisa o episódio

O episódio Carta Brandl mereceu do pesquisador Hélio Silva um capítulo na coleção *Os Presidentes* (volume XIX, Juscelino Kubitschek) editada pelo Grupo de Comunicações Três, em 1983.

Nas páginas 95, 96, 97 e 98, o pesquisador analisa as eleições brasileiras seguintes à reconstitucionalização do País que, por três vezes consecutivas, haviam proporcionado a derrota dos oposicionistas. Novamente derrotados, os oposicionistas (a UDN) partiram para a luta em 1955, apresentando Juarez Távora como candidato, em disputa contra JK.

Hélio Silva passa, então, a analisar o escândalo causado por Lacerda, baluarte da oposição udenista, com a Carta Brandl. Depois de citar a criação da cédula única, que de certa forma prejudicava o PSD, o partido de Juscelino, dominante no interior do Brasil, e favorecia a UDN, que tinha maior penetração nas grandes cidades, o historiador avalia os "estragos" da Carta, que mais tarde se provou ser falsa.

"A reforma eleitoral (instituição da cédula única) tivera boa repercussão na opinião pública. Interessada na moralização do pleito e no combate à fraude.

Faltava pouco para a realização das eleições quando surgiu outro motivo de agitação, ainda desta vez tendo como figura principal o jornalista Carlos Lacerda. Na noite de

16 de setembro, em um programa de TV, Lacerda fez a leitura de um documento, publicado em fac-símile pela *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*. Datado de 5 de agosto, estava escrito em papel timbrado, em alto-relevo, da presidência da Câmara de Corrientes, na Argentina, era dirigido ao candidato à Vice-Presidência, João Goulart, pelo deputado argentino Antonio Jesus Brandl. Tratava de um certo recado, recebido pelo prefeito de Uruguaiana, Iris Valls, referindo encontros em São Borja. O ministro argentino Borlengi consultara o presidente Perón sobre uma coordenação sindical entre o Brasil e a Argentina. Um advogado — F.A. — ficaria como ligação entre Jango, no Rio e a embaixada argentina. Mercadorias, compradas na fábrica nacional de Córdoba, seriam remetidas, via Uruguaiana, consignadas a Iris Valls. Lacerda declarava que essas mercadorias eram armas de guerra que, contrabandeadas para o Brasil, destinavam-se-lam a uma revolução sindicalista.

A repercussão, como era natural, foi enorme. Uma comissão de deputados compareceu ao gabinete do ministro da Guerra, pedindo abertura de um inquérito policial-militar, visto que envolvia a segurança nacional. A solicitação foi prontamente atendida, havendo o general Lott designado o general Emílio Maurel Filho para encarregado

do IPM. Já, então, levantava-se a premissa militar, provocando um golpe, às vésperas da eleição, visando à pessoa do vice-presidente da chapa contrária à UDN. Lacerda, em seu depoimento, admite: "Curioso: praticamente todos os argumentos que apareceram depois, entre os que discutiam a autenticidade da eu a carta como verdadeira. E todos tinham boas respostas. Por isso, creio, posso dizer que a carta é falsa, apesar dos argumentos surgidos em polêmicas visando a sua falsidade.

Assim, seu objetivo seria, apenas, o de perturbar a realização das eleições. A data da denúncia — 17 dias antes do pleito — tornava exíguos os prazos para uma apuração da verdade. Não obstante, deslocaram-se para Buenos Aires Carlos Lacerda, o general Maurel e elementos ligados a João Goulart. Ficou exuberantemente provada a falsidade da carta. Foram descobertos os seus autores, julgados e condenados.

Não só esse episódio turvou o ambiente antes das eleições. O Exército, colocado como fiel da lição do pleito, destacou elementos de modo a que em nenhum ponto do território nacional deixasse de haver tropas do Exército. Acresce que um dos candidatos era oficial-general. A Justiça Eleitoral foi plenamente garantida e prestigiada, de modo a poder desempenhar-se de sua importante missão.